ETNICIDADE E POLÍTICA INDIGENISTA: BREVE ENSAIO SOBRE SUAS MANIFESTAÇÕES NO OESTE DO PARANÁ

*Sarah Iurkin Gomes Tibes Ribeiro**

Resumo. Discorrer-se-á neste artigo sobre o avanço de dois segmentos específicos da sociedade nacional sobre áreas outrora indígenas, estabelecendo as chamadas “situações de contato”, momentos nos quais manifesta-se a etnicidade dos grupos envolvidos. Ainda, proceder-se-á a reflexão sobre a ação conjugada das frentes de ocupação e dos órgãos indigenistas a serviço do Estado-nação no processo de expropriação das terras guarani no Oeste, com o subsequente confinamento dos índios em pequenas parcelas dos antigos territórios tradicionais.

Palavras-chave: Contatos Interétnicos, Etnicidade, Políticas Indigenistas, Oeste paranaense, História Regional.

FIRST NATION ETHNICITY AND POLICY: A SHORT ESSAY ON THEIR MANIFESTATION IN WESTERN PARANÁ

Abstract. This article analyze the conquest on the part of two specific segments of the national society on zones formerly indigenous, establishing the calls contact situations, moments us which it shows the identity ethnic of the involved groups. Still it is reflected about the conjugated action of the occupation fronts and of the indigenist organizations to service of the State-nation in the process of appropriation of the lands Guarani in the West of the State of Paraná, with the consequent confinement of the Indians in small portions of the old traditional territories.

Key words: Inter-ethnic contacts, ethnic identity, Indigenist politics, West of Paraná, regional history.

Existem hoje no Oeste paranaense duas áreas indígenas ocupadas por aproximadamente setecentos índios Guarani, entre Mbÿá e Ñandeva, realidade

* Professora Assistente do Curso de História, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Mestre em História Ibero-Americana. Doutoranda em História do Brasil. Titulada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Tema de pesquisa voltado para a recuperação de uma história recente dos Guarani na região Oeste do Paraná.

esta ignorada por grande parte do entorno regional, que concebe a região como um território construído culturalmente¹ por migrantes sulistas de ascendência européia, fundamentalmente ítalo-germânica. Os Guarani, no entanto, - tendo sua presença sistematicamente obliterada pelos segmentos da sociedade nacional circundante, tendo em vista a “identidade regional” que esta forjou para si própria, na qual o elemento nativo não teria lugar, - continuam a habitar o território, entendendo-o como seu, permanecendo enquanto etnicamente diferenciados, recusando qualquer tipo de assimilação ou integração ao meio que os rodeia.

Malgrado a insistência do entorno em negar a presença indígena, é lícito afirmar que no Oeste, índios e não-índios foram compelidos em diversos momentos a estabelecerem contatos, que aqui serão compreendidos como pontos de interseção, cuja definição, conforme o autor² que se eleja como referência, pode ser fronteira, situação de contato, fricção interétnica ou guerra de conquista, dentre outros. Em que pese à diversidade de terminologias, que traduz da mesma forma uma multiplicidade de significados implícitos em cada uma das bases teóricas elencadas, há em comum o fato de que as circunstâncias que obrigam duas sociedades portadoras de pautas culturais diferenciadas a travarem relações, relações estas que se reputa na região abordada serem determinantes para as características do relacionamento interétnico que se configura no presente, consistem em processos sociais marcados pela coexistência de tempos históricos distintos e, paradoxalmente contemporâneos.

Nesta perspectiva, quando dois grupos étnicos se encontram e passam a “conviver”, delinea-se uma totalidade na qual as sociedades são compreendidas em seu caráter sistêmico, ou seja, com a completa integração de todas as suas partes constitutivas nas relações do tipo dominador/dominado. Em outros termos, estabelece-se um sistema interétnico que coage a “compartilharem” de momentos de história comum duas populações dialeticamente unificadas através de interesses completamente opostos, ainda que interdependentes(OLIVEIRA, 1972).

Pautado nas ponderações de Cardoso de Oliveira (1972) e Balandier (1955), Carlos Rodrigues Brandão afirma que as relações interétnicas marcadas pela desigualdade e pela dominação não podem ser compreendidas através de aspectos particulares e desconectados da totalidade. Desta forma uma análise procedente dos contatos entre sociedades portadoras de pautas culturais

¹ Entenda-se como “culturalmente” todas as manifestações através das quais uma sociedade se organiza e reproduz sua maneira de ser e viver, o que implica na forma assumida pela sua espacialidade, produção econômica, relações sociais, dentre outros aspectos.

² Os autores que trabalham estas perspectivas estarão referenciados na Bibliografia.

distintas exige que se parta do pressuposto de que estas relações consistem em um sistema próprio, explicado no seu todo, e principalmente, no cerne de sua própria história. História que terá início nos momentos em que colonizadores e colonizados firmam as bases iniciais dos seus relacionamentos. A situação de contato assim ”tem uma história que não é a de cada um dos povos ou sociedades relacionados. É algo originalmente dinâmico”(BRANDÃO, 1986, p. 94-95). Permita-se dizer que além de dinâmico, é algo novo, já que, conquanto aparentemente cada situação de contato entre índios e brancos seja regida pelos mesmos princípios sociais, cada uma delas tem uma história própria, envolvendo problemas fundamentais específicos.

Outro aspecto a reiterar é a percepção da diversidade dos tempos históricos contidos nestas relações sociais reais, “compreensão da diversidade na unidade, própria da sociedade capitalista e moderna”. Tal compreensão torna compreensível o fato de que há destinos históricos díspares, ou seja, deixa-se de “reduzir o destino de todos ao destino da burguesia na sua contrafação histórica: a classe média, tomando como referência o destino do gênero humano na sua diversidade” (MARTINS, 1997, p. 158-159).

Refiro-me, sobretudo às mentalidades, aos vários arcaísmos de pensamento e conduta que igualmente coexistem com o que é atual. E não estou falando de atraso social e econômico. Estou falando da contemporaneidade da diversidade. Estou falando das diferenças que definem seja a individualidade das pessoas seja a individualidade dos grupos (MARTINS, 1997, p. 158-159).

Afirma-se que questões a serem trabalhadas, denotativas da especificidade da situação de contato no Oeste do Paraná contemporâneo e da relação entre índios e não-índios instaurada no presente passam pela indagação sobre quais e portadores de que características serão os segmentos da sociedade nacional a estabelecer relações com os Guarani nestas terras. Impõe-se a necessidade de entender os objetivos, interesses, além do contexto social, econômico e político que fundamenta sua fixação, analisando-se ainda a estrutura e a dinâmica que perpassa a expropriação das terras indígenas no Oeste do Paraná contemporâneo. Pode-se, outrossim, apreender este processo enquanto resultante do avanço da sociedade capitalista/nacional sobre a região, visando a sua inserção na “nação brasileira”, tomando como pressuposto a necessária distinção entre “frente de expansão” e “frente pioneira”.

Refletir sobre os aspectos mencionados implica dialogar também com outros problemas considerados centrais para a construção de uma história dos

contatos interétnicos nesta região. A princípio cumpre abordar os discursos que explicitam a forma como tal processo é vivenciado e compreendido pelas duas sociedades nele envolvidas, portadoras de historicidades distintas e paralelas. É preciso ainda analisar a percepção que os “conquistadores” contemporâneos têm a respeito dos Guarani, e referente ao papel que estes deverão desempenhar na “sociedade regional” que se pretende forjar e o destino que as frentes de ocupação determinadas objetivarão dar às populações nativas, em conformidade com suas especificidades. Em decorrência, avaliar a posição que a comunidade indígena acaba por ocupar no sistema finalmente estabelecido, no que tange à sua situação física, geográfica e cultural, investigando aspectos tais como desterritorialização, densidade demográfica, migrações, destribalização, além das formas pelas quais a comunidade indígena é integrada ao entorno regional.

Em contrapartida visa-se compreender como a inserção no sistema social que se forja, e as conseqüências daí decorrentes, acabarão por determinar redefinições no modo-de-ser Guarani, em todas as esferas que se puder abarcar, como a política, a econômica, a religiosa, dentre outras. Pode-se citar a adequação da espacialidade em virtude da restrição territorial, ou da vida religiosa em função do contato com valores cristãos, e ainda, de rituais em geral, como os de casamento, iniciação, além da absorção de utensílios e tecnologias gerados pela proximidade e eventual dependência do “mundo dos brancos”. A partir, então, de todas as alterações que assolam o universo Guarani, perceber sua representação do mundo e da realidade social.

Podem-se sintetizar os objetivos desta proposição como a busca do entendimento do modo pelo qual duas sociedades distintas, vivendo numa situação de contato étnico, - de um lado segmentos de uma sociedade nacional/capitalista que visa à inserção destas fronteiras ns esferas do “progresso”, pautados numa colonização idealizada e no mito do pioneirismo; de outro, os Guarani e os objetivos que os movem diante da ameaça de perda do seu território e o significado desta para o seu modo-de-ser, cada qual abordado na sua totalidade – lêem, ou compreendem o sistema no qual estão inseridos, e o processo que o forjou.

Há que avaliar, na medida em que os limites deste artigo o permitem, se e de que maneira as ações/reações das sociedades envolvidas no processo que determinou a quase completa ocupação do território regional por segmentos da sociedade nacional acabarão por influenciar, por um lado, a construção de representações que negam, obliteram qualquer presença ou participação indígena na história da região, e por outro, a persistência de uma sociedade Guarani que se recusou a ser assimilada ou “integrada”, e permanece existindo na sua especificidade étnica.

Entende-se que no contexto descrito ocorre o acirramento das

“identidades étnicas”, considerando-se que a etnicidade é resultante da relação com o outro étnico, sendo posta em pauta pelos sujeitos em virtude de necessidades impostas. A etnicidade é, portanto, dinâmica, concretizando-se e assumindo características determinadas em função dos conflitos étnicos impostos pelo entorno regional. O Oeste do Paraná, destarte, pode ser apreendido como um sistema social englobante. Isto, segundo Fedrik Barth (1969), permite compreender que a diferenciação étnica permanece, apesar da interação ou proximidade física entre os grupos, e que longe de levar ao desaparecimento da diferença étnica por mudança e aculturação, constitui-se, sim, nas bases sobre as quais são levantadas a especificidade e a consciência étnica. Outrossim, a invasão e ocupação de praticamente todos os espaços disponíveis no Oeste pela sociedade nacional, longe de significar a eliminação física, ou a assimilação cultural do outro étnico, o Guarani, reforçará, isto sim, a afirmação de uma identidade própria e diferenciada.

Para o índio, viver a situação de contato com o branco significa submeter-se às condições que esta nova situação impõe à tribo... Significa, ainda, apreender às pressas o que finalmente é “ser índio”, no momento em que a descoberta da própria identidade frente à do invasor emerge quando ela está ameaçada de se perder para o índio. (BRANDÃO, 1986, p. 55).

A compreensão do modo-de-ser Guarani contemporâneo passa pelo entendimento do contexto regional no qual estão inseridos. A luta pela recuperação do território, além de sua insistência em manter-se na sua especificidade, reflete a concepção de que a etnicidade não se manifesta no isolamento. Será, isto sim, a intensificação das interações características do mundo moderno, que neste caso trazem em si a expropriação dos territórios indígenas, que torna salientes as identidades étnicas. Neste sentido, não é a diferença cultural que está na origem da etnicidade, mas a comunicação cultural que faz com que os grupos se percebam como diferentes, e neste caso específico como êmulos, através de símbolos compreensíveis pelos que pertencem ao grupo e pelos “outros”. Conclui-se então que a etnicidade é resultante de um processo de interação, no qual o “nós” constrói-se com relação ao “outro coletivo”, e neste caso específico, da competição e do conflito entre dois grupos determinados pela posse de um território e subsequente imposição de um modo de vida.

Conforme já mencionado, tomar-se-á como ponto de partida para análise o cenário que se configura no presente, ou seja, de uma sociedade regional que ignora a presença indígena no território, em qualquer tempo; e uma comunidade Guarani que permanece na área, ciente da densidade e

longevidade de sua presença no Oeste, sem a menor dúvida no que se refere à sua auto-identificação. Considera-se que os momentos que a fizeram tomar tal feição ocorreram no período compreendido entre aproximadamente 1940 e meados da década de 1980, fase na qual se passa a colonização/ocupação contemporânea da região por migrantes sulistas (1940/60), além da construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu (1970/80), fatores que embora não concomitantes, consistem em elementos constitutivos do processo de incorporação do Oeste à sociedade capitalista, tornando-o partícipe e colaborador do “progresso nacional”.

Reputa-se que os momentos dessa conquista estarão relacionados a fases distintas do processo de acumulação do capital, assumindo, outrossim, o Estado brasileiro faces diferenciadas, bem como seus discursos e a atuação dos seus agentes em relação às populações nativas estarão a assumir conotações diversas. Segundo Michel Foucault, desde o Século XV, permanecendo até a contemporaneidade, ocorre uma verdadeira explosão da arte de governar os homens. Por conta disso, “como governar” tem sido um dos problemas fundamentais que se impuseram às elites econômicas e políticas. A esse problema fundamental correspondeu a multiplicação de todas as artes de governo – arte pedagógica, arte política, arte econômica – e das instituições de governo. No bojo do grande fermento desenvolvido em torno da questão, que é a busca pela maneira mais eficiente de governar, todavia, emerge uma questão constante, que é como resistir a ser governado, submetido, ou seja: “como não ser governados deste modo, em nome destes princípios, em vista de tais objetivos e através de tais procedimentos” (FOUCAULT, 1978, p. 2). Neste sentido, concomitante à atuação do Estado e seus agentes para nacionalizar as fronteiras oestinas, fazendo-as “governáveis e governadas”, as populações nativas ensaiam reações no intuito de obstruir a efetivação desse projeto.

A colonização recente da região por obra de trabalhadores nacionais terá início nos anos de 1930³, tomando impulso nas décadas seguintes. Insere-se numa conjuntura, incipiente desde o início dessa década e recrudescente no período pós-1937, que pressupunha a necessidade de “nacionalização” das zonas de fronteiras (ocupadas por estrangeiros) e de sua população, de modo a garantir a efetiva incorporação destas áreas à nação brasileira. Emersa do aparato ideológico que permeou a Revolução de 1930, está a Marcha para o Oeste, cujos defensores alegavam que o território brasileiro apresentava uma

³ Houve tentativas anteriores de povoamento da região por migrantes de origem italiana e alemã, todavia não tiveram sucesso em virtude da ocupação estrangeira manifesta nas obras, e das condições precárias dos caminhos e infra-estrutura para a fixação destes elementos.

cisão significativa no que se referia à presença de contingentes populacionais.

De um lado havia o Leste ou o litoral, historicamente pólo de concentração da maior parte da população brasileira, e das principais atividades econômicas desenvolvidas no país. Por outro, há o Oeste, marcado pela rarefeita presença de elementos que pudessem ser considerados como “nacionais”. Até então estivera relegada ao quase-esquecimento em relação aos interesses econômicos do país. Urgia, portanto, consideravam os ideólogos do regime, proceder à retomada daquelas áreas até então “abandonadas” às investidas dos monopólios estrangeiros, como meio de garantir a “soberania da nação”(LIMA, 1995).

Nesta perspectiva, o ideal da unidade nacional via-se ameaçado por inúmeros fatores. Ressaltem-se a dispersão geográfica, os interesses econômicos particularistas, e o que aqui interessa mais especificamente, a heterogeneidade da população, portadora de uma multiplicidade cultural, por si só capaz de pôr em xeque a perspectiva de uma “nacionalidade” homogênea. Neste sentido a

associação sempre feita, no caso da história brasileira, entre dois tipos de processo que não precisam se realizar concomitantemente, que é os de formação do Estado e os de construção da nação, acabam por ocultar uma multiplicidade de histórias, historicidades e dimensões culturais de fato em conflito, em nome da representação linear de uma suposta unidade. (LIMA, 1996, p. 147).

Como forma de concretização do objetivo de construção de uma nacionalidade una e homogênea, o Oeste do Paraná será paulatinamente ocupado por migrantes sulistas, descendentes de alemães e italianos. Este processo consiste na corporificação, por intermédio da atuação das Companhias Colonizadoras, do projeto que o Estado brasileiro tem para as zonas fronteiriças, ou seja, a nacionalização dos seus habitantes e do território, o que será acompanhado da necessária incorporação das terras locais ao modelo de produção capitalista.

Para as empresas responsáveis pelo empreendimento colonizatório, ou para o Estado brasileiro, não serão as populações nativas as eleitas como responsáveis pela inserção da região ns esferas do “progresso”. De início, contudo, serão utilizadas como mão-de-obra, abrindo caminhos e picadas, de certo modo preparando ou limpando a área para sua ocupação por aqueles que deveriam ser os seus novos habitantes. O trabalho dos Guarani, tradicionais habitantes da região, foi, portanto, utilizado num primeiro momento. Considerando-se o projeto de ocupação para o Oeste, todavia, sua presença era indesejável, e assim serão sistematicamente expulsos, ou acossados para

áreas destinadas a abrigá-los, ou seja, os Postos Indígenas estabelecidos pelo SPI⁴.

A idéia norteadora desse órgão, responsável naquele momento pelo trato com os indígenas, instituído como princípio de lei era “o respeito às tribos indígenas como povos que tinham o direito de ser eles próprios, de professar suas crenças, de viver segundo o único modo que sabiam fazê-lo: aqueles que aprenderam de seus antepassados e que só *lentamente podiam mudar*”⁵ (RIBEIRO, 1996, p. 158).

Darcy Ribeiro, ao fazer um balanço das atividades que o SPI desenvolveu ao longo de seus cinquenta anos de existência, considera que o mesmo esteve durante este período envolto em duas sortes de problemas: aqueles da sociedade brasileira em expansão, que via no índio o último obstáculo a transpor para ocupar novos territórios; e os problemas das populações indígenas envolvidas nessa expansão. Destarte, pontifica que por conta da atuação de tal órgão vastas regiões do país “foram ocupadas pacificamente pela sociedade brasileira, e os índios que as habitavam passaram a viver nos postos indígenas, assentados em pequenas parcelas dos antigos territórios tribais” (RIBEIRO, 1996, p. 169).

A colonização, assim, além de funcionar como escoamento para excedentes populacionais de regiões que já não oferecem possibilidade de permanência no campo, age também para “nacionalizar” o Oeste, inserindo-o na lógica do capital, fazendo com que o mesmo contribua para o progresso do Brasil. A frente de expansão agrícola que assola esta região é formada por uma massa de povoamento com alto grau de coesão social, que encara os habitantes nativos, os Guarani, como um obstáculo a transpor. Apropria-se de seu território e plantios, deslocando-os para reservas indígenas, áreas destinadas à sua fixação estabelecidas pelo SPI no intuito de liberar as terras restantes para a efetivação dos propósitos do Estado brasileiro.

Ao mitificar a colonização deixa-se de percebê-la na sua tragicidade, “que se expressa na mortal conflitividade que a caracteriza, no genocida desencontro de etnias... contrapostas não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas, sobretudo pelo abismo histórico que as separa”. (MARTINS, 1997) O pioneirismo do colono oestino caracteriza-se pela fixação territorial, o que implica remover obstáculos eventualmente existentes para que isto se concretize, ou seja, as sociedades indígenas.

Constituindo-se na continuidade do avanço da sociedade capitalista

⁴ SPI – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, criado pelo decreto nº 8072, de 20 de julho de 1910 e inaugurado em 7 de setembro do mesmo ano. (RIBEIRO, 1996, 1ª ed.1970).

⁵ Grifo meu

sobre estas terras, a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu insere-se num contexto de desenvolvimento econômico e de expansão das fronteiras agrícolas, que grosso modo pode ser denominado “milagre brasileiro”⁶, momento em que o ufanismo nacionalista refletia-se no *slogan*: “Brasil: ame-o ou deixe-o”. O fato é que, incrementado pelos governos militares, o processo de industrialização iniciado sob o governo Vargas, intensifica-se, ampliando sua atuação quantitativa e qualitativamente.

O Brasil industrializado, ou melhor dizendo, o Centro-Sul industrializado, tornava necessário o aumento da produção energética. Uma das soluções para tanto serão as usinas hidroelétricas, dado o abundante manancial de rios em que as mesmas poderiam ser instaladas. Mais uma vez o progresso nacional, do “Brasil Grande”, manifesto na construção de Itaipu, acabará por se concretizar a expensas da redução das áreas indígenas.

Vinculada às “inovações” administrativas implementadas pelo regime militar, cria-se em 1967 a FUNAI⁷. Em concomitância inaugura-se uma nova fase de políticas governamentais no que se refere ao trato com as sociedades indígenas, expressa de maneira exemplar no Estatuto do Índio⁸. Em linhas gerais este estabelece uma clara distinção jurídica entre a população indígena e o restante da nação brasileira. Evidencia também o firme propósito de “integrá-los à comunidade nacional”, e no caso do índio não estar adaptado ou assimilado à referida comunidade “civilizada”, deverá permanecer custodiado ao governo federal e sem direitos inerentes. Ressalte-se que tanto a definição quanto o destino dos índios serão impostos e determinados pelo governo nacional e seus agentes.

Tendo-se em vista o escopo deste artigo, chama a atenção o Artigo 20 do Estatuto, que trata das terras indígenas. Ao mesmo tempo em que afirma o direito inalienável das sociedades nativas sobre os territórios a elas “concedidos”, confere ao Presidente da República o direito de “deslocar” os

⁶ O governo do General Médici, alavancado pelos mais altos índices de crescimento da história do país, pela entrada maciça de capitais estrangeiros e no arrocho salarial, bem como num mercado internacional em expansão, proclama o “Milagre Brasileiro” como o patamar inicial de um crescimento acelerado e ininterrupto. (SILVA, 1996).

⁷ A Fundação Nacional do Índio - FUNAI, foi criada pela Lei nº 5371, de 5 de dezembro de 1967, em substituição ao SPI. Desde então é o Órgão do Governo Brasileiro que estabelece e executa a Política Indigenista no Brasil, dando cumprimento ao que determina a Constituição de 1988. A entidade é subordinada ao Ministério da Justiça.

⁸ Estatuto do Índio. Criado cfe. Lei 6001, de 19/12/73, pelo Decreto nº 1775, de 09/01/96, e pela Portaria nº 14, de 10/01/96, estabelecida pelo então Ministro da Justiça, Nelson Jobim. Regula até hoje a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, tendo como propósito “preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional”.

índios em cinco casos específicos, que podem ser assim resumidos: por termo à luta entre tribos; combater surtos epidêmicos; combater qualquer mal que ponha em risco a integridade dos índios; por imposição da segurança nacional através de medidas específicas; e por fim *promover o desenvolvimento da região, tendo em vista os interesses nacionais*. Este último caso será concretizado de maneira exemplar quando se avalia o imbróglgio que envolveu a desocupação das áreas indígenas no Oeste paranaense por ocasião da construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu. Pode-se afirmar, portanto, que a política indigenista no Brasil neste período estará calcada em duas premissas básicas:

Por um lado acredita-se que o desenvolvimento nacional precisa se realizar apesar da presença indígena e de que esta presença não pode servir de obstáculo à expansão e ao crescimento. Por outro, também se diz que essa expansão econômica criará as condições necessárias para a eventual integração e assimilação dos índios na comunidade brasileira (DAVIS & MENGET, 1981, p. 37-66).

A FUNAI reconhecerá oficialmente a presença Guarani no Oeste em 1977, o que ocorrerá em virtude dos estudos sobre questões fundiárias no local, por conta dos levantamentos prévios que antecedem a construção da Usina. Tais estudos não evitarão, no entanto, os conflitos que cercaram a desapropriação das terras dos Guarani, e a situação que se instaura traduz a perspectiva de que os mesmos deverão ser incorporados progressivamente enquanto trabalhadores nacionais, e caso não seja possível em virtude da resistência das populações indígenas a tal processo, serão expropriados de suas terras e “reduzidos” em pequenas parcelas de seus antigos territórios de forma a não obstaculizar o progresso nacional.

A Constituição brasileira de 1988 trouxe, em tese, alterações substanciais no que tange à postura até então adotada em relação aos índios e aos seus direitos. Dentre outras questões a Carta reconhece os índios como povos culturalmente diferenciados e de certo modo abandona a idéia de integração das sociedades indígenas à comunidade nacional. Percebe-se, no entanto, que não ocorreu a adequação administrativa aos princípios contidos na Constituição, além do fato de não ter sido devidamente regulamentada a legislação, aspectos que, conjugados, acabam por permitir a continuidade da política indigenista pautada no integracionismo e na figura da tutela.⁹

⁹ Até 1988 a política indigenista brasileira estava centrada nas atividades voltadas à incorporação dos índios à comunhão nacional, sendo este o princípio presente nas Constituições de 1934, 1946, 1967 e 1969. A Constituição de 1988 suprimiu essa diretriz, reconhecendo, em teoria é bom que se diga, aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupavam.

A colonização/conquista do Oeste paranaense pela sociedade nacional, vista nesta perspectiva, perde muito do seu caráter idílico, já que da mesma forma que tantos outros lugares, regiões, nações, esta também tem sobre si discursos determinados, visando à construção de um cenário de “paz e prosperidade”. Malgrado algumas variações, esses discursos podem ser sintetizados assim: no que se refere à primeira fase aqui tratada diz-se que havia no Extremo Oeste paranaense uma terra inculca, mas fértil, e principalmente despovoada. No processo de construção dessa região, migrantes advindos dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, de ascendência germânica ou italiana, terão papel de destaque, representando os “pioneiros”. Categoria esta, composta por indivíduos intrépidos, que com seu suor e coragem, desbravaram a terra inóspita e selvagem. Atuando como porta-vozes do progresso ter-se-ão as Companhias Colonizadoras, cujas ações tornam viável a ocupação do território por segmentos da sociedade nacional, e conseqüentemente farão destes, colaboradores do desenvolvimento brasileiro. Na segunda etapa, de construção da Usina, costuma-se enaltecer o “privilégio” que esta terra de trabalhadores teve, ao sediar a “maior hidroelétrica do mundo”, propagando as vantagens que trouxe sua instalação, como desenvolvimento, progresso e maior número de empregos.

Esta maneira de conceber a história regional traz em si algumas implicações. Em primeiro lugar tal discurso, continuamente repetido, acaba por ser percebido como realidade, ponto significativo na construção de uma identidade regional. Desta forma, a historiografia sobre a região contribui para a heroização do pioneiro e para o forjar da identidade desta região de “gente que faz”. Estabelece-se uma relação de forças simbólicas, em que representações são impostas e adquirem um estatuto de verdade, a imposição simbólica alcançando êxito porque calcada num longo processo de “ensino”, direcionado para aqueles que, dominados ou excluídos, acabam por reconhecer a legitimidade da ordem dominante. Esta perspectiva mascara o sentido da colonização, sua inserção num contexto socioeconômico mais amplo, e principalmente a possibilidade de outros sujeitos atuarem nesta história, visto que aqueles que não compartilhem dessa “identidade” regional serão apagados da memória coletiva.

Trazer à tona a presença e a participação indígena na história que se passa no Oeste não quer dizer considerar que se está superando ou sobrepondo uma história mais “verdadeira” a uma outra, “mitificadora”. Significa, tão-somente, uma outra possibilidade de produzir conhecimento sobre estas terras. Nesta, ao invés de representá-las enquanto resultado de um processo contínuo de trabalho que gera prosperidade e desenvolvimento, mascarando conflitos e contradições, propõe-se uma história do Oeste em que estejam presentes outros sujeitos, cuja colonização resulte de conflitos que se

perpetuam até a contemporaneidade. Desta forma, a presença indígena na história oestina deverá permitir contrapor à concepção de um grupo homogêneo que “partilha de uma visão única de sua identidade, e uma visão idêntica de sua unidade” (BORDIEU, 1989: pp: 117), um cenário pleno de contradições, neste caso contradições étnicas, substituindo a noção de região una, por um palco de divisão, fronteira cultural. Considerar múltiplas possibilidades de conhecimento sobre o Oeste paranaense é perceber que a história, ou a historiografia, não representa a realidade concebida enquanto preexistente, situada numa instância extradiscursiva, e o mundo não é aquilo que a ciência verifica, mas sim a imagem em perpétua mutação que a ciência nos oferece no momento de sua verificação pelo pesquisador. Desta forma, Wittgenstein pontifica que os mundos reais são construídos pela linguagem, a partir da comunicação intersubjetiva entre os diferentes grupos de usuários (FALCON), e sendo assim, trazer os índios à tona não significa recuperar a realidade, mas elaborar um discurso no qual eles serão sujeitos atuantes.

Castoriadis (1982) compreende imaginário como todos os produtos criados pela imaginação, e socialmente constituídos, ou seja, a capacidade de criar uma nova forma. Destarte, percebe a sociedade como uma instituição imaginária e também socialmente instituída e instituinte. Tomou-se aqui a liberdade de parafrasear o autor, e dizer que a historiografia, ou os discursos sobre a História, também são imaginários, e acabam por ser socialmente instituídos e instituintes, constituindo-se em elementos significativos de afirmação de poder social e de construção de identidades, o que é evidenciado pela maneira como é apreendido o processo constitutivo do Oeste paranaense.

A representação/imagem que uma sociedade tem de si própria é resultante do crédito concedido ou recusado às representações que segmentos dela propõem, as quais se concretizam na autoridade de um poder, na força de um grupo, ou ainda no estabelecimento de uma identidade, sempre excludente, no sentido que se constrói com relação ao outro. Chartier (1994) propõe que a História é a história das relações de forças simbólicas, uma história da aceitação ou da rejeição pelos dominados ou excluídos dos princípios inculcados, das identidades impostas, que visam a assegurar e perpetuar a dominação daqueles setores que já são dominantes. A violência simbólica só tem êxito na medida em que aquele que a sofre contribui para sua eficácia; só o constrange na medida em que está predisposto por uma aprendizagem prévia a reconhecê-la.

Localizar, organizar e analisar informações sobre o passado indígena dá a perceber a pluralidade de vias de análise de um processo no qual costuma ser enaltecida a atuação de segmentos da sociedade nacional, relegando os índios ao total desconhecimento, por não terem produzido conhecimento sobre si. Uma história que tenha indígenas enquanto sujeitos consiste numa

história não produzida a partir de concepções hegemônicas, em virtude de uma preeminência política, econômica ou social, permitindo a respeito de um mesmo processo representações múltiplas, nas quais a personagem central não há que ser o pioneiro, mas sim a “vítima”, o índio.

É na categoria e na condição de vítima que podem ser encontradas duas características essenciais da constituição do humano... Refiro-me à alteridade e à particular visibilidade do Outro, daquele que ainda não se confunde conosco nem é reconhecido pelos diferentes grupos sociais como constitutivo do Nós. Refiro-me, também a liminaridade própria dessa situação, a um modo de viver no limite, na fronteira e às ambigüidades que dela decorrem. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. (MARTINS, 1997, p. 12-13).

REFERÊNCIA

- BALANDIER, George. *Sociologie actuelle de l'Afrique Noire*. Paris, PUF, 1955.
- BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas Fronteiras*. s/n, 1969. Editado como apêndice na obra: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Editora UNESP, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia*. Construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- CHARTIER, Roger. *A história hoje: dúvidas, desafios e propostas*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994, p. 97-113.
- DAVIS, Shelton e MENGET, Patrick. *Povos primitivos e ideologias civilizadas no Brasil*. In: JUNQUEIRA, Carmen e CARVALHO, Edgard. *Antropologia e indigenismo na América Latina*. São Paulo, Cortez, 1981, p. 37-66.
- FALCON, Francisco Calazans. *História e representação*. (Texto original, cópia reprografada).
- FOUCAULT, Michel. *Iluminismo e Crítica*. Debate na Societé Française de Philosophie. Paris, Maio de 1978. Trad. Assmann, Selvino José. (Texto original datilografado – cópia reprografada)
- MARTINS, José de Souza. MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação*

- do Outro nos confins do humano. São Paulo, Hucitec, 1997.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cervo de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. História, antropologia e relações de poder – algumas considerações em torno de saberes e fazeres sobre o social. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A velha história: Teoria, método e historiografia*. Campinas/SP, Papyrus, 1996.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O índio no mundo dos brancos*. São Paulo, Pioneira, 1972.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. (1a. ed. 1970).
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda (org.) *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1996, p. 301-334.